

É INACEITÁVEL QUE ESTADOS E MUNICÍPIOS GASTEM MAIS COM O ENSINO SUPERIOR DO QUE COM O BÁSICO E O SECUNDÁRIO

(Paulo Renato Souza, ministro da Educação.)

Ensino básico é prioridade do MEC

MINISTRO DA EDUCAÇÃO DIZ QUE SEUS PRINCIPAIS DESAFIOS SÃO MELHORAR O ENSINO BÁSICO E DEMOCRATIZAR OS VESTIBULARES

O orçamento do Ministério da Educação para este ano é de R\$ 8,7 bilhões. Mas, se o esquema dos anos anteriores for mantido, só metade desse dinheiro chegará efetivamente às salas de aula. É o que diz o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que está incumbido de liderar o processo de reformulação do ensino no País. Ele acha inaceitável que Estados e Municípios gastem mais com o ensino superior do que com o ensino básico e secundário. Nesta entrevista ao JT ele fala sobre a mudança nos vestibulares e sobre seus planos na gestão do MEC.

Quais são as principais mudanças no vestibular?

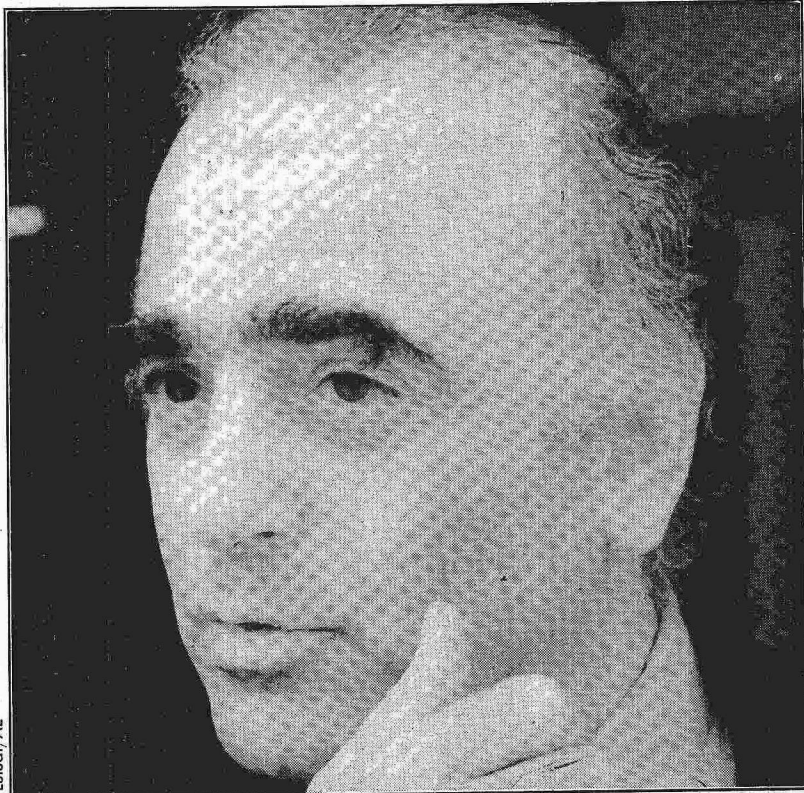
Paulo Renato Souza: Primeiro queremos fazer uma avaliação do ensino de 1º e 2º graus para melhorar a qualidade de ensino. Para isto, pretendemos fazer um exame nacional de 2º grau. As universidades manterão sua autonomia para substituir, no futuro, o vestibular pelos critérios que quiserem. O que estamos sugerindo é um exame que avalie o aluno no final do segundo grau. Mas não temos a intenção de intervir no processo de seleção de alunos. O que queremos é fornecer subsídios às universidades para que elas democratizem o processo de ingresso.

Quando ficará pronta a avaliação do ensino de 2º grau?

Não é algo que se faça da noite para o dia. Neste ano pretendemos criar um processo de avaliação que será implantado em alguns Estados. Depois a experiência será estendida para todo o País.

A sua proposta significa a extinção do vestibular?

Pode significar. Nossa proposta é de que as universidades caminhem numa crescente autonomia. Se alguma universidade quiser manter o seu próprio vestibular, o ministério não tem nada contra. A Universidade de Brasília, por exemplo, sugeriu reservar uma



Paulo Renato: meta é melhorar a qualidade do ensino de 1º e 2º graus

parte das vagas para as notas finais dos alunos de 1º e 2º graus.

É possível padronizar o ensino público e privado de 2º grau?

A idéia é elevar o nível do ensino de 2º grau. Os exames de vestibular, criados na minha gestão como reitor da Unicamp, privilegiavam a capacidade de raciocínio e aprendizado em detrimento da capacidade de memorização e conhecimento acumulado. Isso influenciou o ensino de 2º grau em São Paulo. Até as escolas e cursinhos passaram a ensinar redação. Acho que nós podemos ter um efeito parecido com um exame nacional aplicado ao 2º grau.

As mudanças previstas significam uma maior profissionalização do secundarista visando o mercado de trabalho?

Segundo uma tendência mundial, devemos repensar o ensino de 2º grau porque ele não pode

servir apenas para ingresso na universidade. Isso não significa profissionalizar todo o 2º grau, mas estabelecer vários tipos de formação e saídas para os alunos.

Como vai ficar a divisão do orçamento para melhorar o ensino de 1º e 2º graus?

O sistema de financiamento da educação no País prevê que cada Município e cada Estado dediquem 25% da sua receita para a educação. O governo federal destina 18% da sua receita líquida à Educação. Não é responsabilidade do MEC gerir todos os gastos nessa área, mas queremos que Estados e Municípios se ocupem mais do ensino de 1º e 2º graus.

Como o MEC poderia melhorar o ensino?

Justamente por ele não ser responsável direto pela supervisão do sistema de 1º e 2º graus, o ministério está em melhor posição

As propostas do ministro

- Criação de um exame nacional de fim do 2º grau, padronizando as notas para ingresso dos aprovados na universidade.
- Novo sistema de avaliação do ensino de 2º grau, que será implantado ainda este ano.
- Atribuição a cada universidade da decisão sobre a extinção do vestibular.
- Mudança da lei que define a autonomia das universidades para que elas possam estabelecer os seus próprios critérios de seleção.
- Discussão de propostas como as da Universidade de Brasília, que sugere reservar parte das vagas para aprovados no exame nacional de 2º grau.
- Não profissionalizar todo o ensino de 2º grau, como se tentou no passado, mas estabelecer vários tipos de formação e opções aos estudantes.
- Priorização pelos Estados e Municípios da aplicação de recursos nos ensinos de 1º e 2º graus.
- Definição pelo Ministério da Educação do padrão curricular mínimo para o 1º e 2º graus, do investimento em treinamentos de professores em métodos de ensino moderno (televisão e videocassete), e da divulgação dos resultados de avaliação do exame do 2º grau.
- Canalização do orçamento do ministério (R\$ 8,7 bilhões) para programas pedagógicos e melhoria do material didático e escolar.

para promover ações que visam melhorar a qualidade do ensino. Por exemplo, o ministério pode definir um padrão curricular mínimo, treinamento de professores, divulgação dos resultados de avaliação, utilização de métodos de ensino modernos, como televisão e videocassete nos processos de treinamento dos professores. Estamos estudando programas de treinamento associados a empresas públicas e privadas.

Quais são as prioridades de investimento do Ministério hoje?

O ministério deixará de construir os Centros de Assistência Integrada à Criança (Caics). Vamos terminar as obras de 200 Caics que já foram iniciadas e manter os outros 200 que já foram construídos. Mas suspendemos o projeto de construção de outros 3 mil. Esse dinheiro será canalizado para programas pedagógicos, como o

de treinamento de professores e programas de financiamento de definição de currículos mínimos para 1º e 2º grau.

Como combater o desperdício no MEC, já que 50% de suas verbas não chegam às escolas?

Fazendo com que o dinheiro não fique sob a concessão de escolas que não servem diretamente à educação e não melhoram o processo pedagógico. Queremos que os recursos cheguem às salas de aula, com melhoria no material escolar, melhoria no nível didático e treinamento de professores. Agora a responsabilidade pelo gasto direto em 1º e 2º graus é majoritariamente dos Estados e Municípios. Existem muitos Estados e Municípios hoje que gastam mais com a educação superior do que com a educação primária. Isso é inaceitável.

Gisele Scalco

UMA NOVA GERAÇÃO DE TÉCNICOS

Curriculos excelentes

Com a indicação de Paulo Renato Souza para chefiar o Ministério da Educação, uma nova geração de técnicos está assumindo os cargos. A técnica mais conhecida é Eunice Ribeiro Durham, professora titular de Antropologia da USP, diretora do conceituado Nupes (Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior) da mesma universidade, amiga há 40 anos do presidente Fernando Henrique Cardoso e autora de importantes trabalhos sobre reforma universitária. Eunice Durham foi escolhida para ser secretária de Política Educacional, um departamento do MEC que a partir de agora passa a ser Secretaria.

Outro importante técnico chamado pelo novo ministro da Educação é o economista João Batista de Araújo e Oliveira, que assume a Secretaria Executiva do MEC, passando assim a ser o segundo homem da pasta, ocupada anteriormente pela professora Gilda Portugal (que será delegada do MEC em São Paulo).

Antigo professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ele trabalhou no Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada) e na Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), destacando-se por seus trabalhos sobre o mal desempenho das universidades federais e sobre a ausência de mecanismos mais eficazes de avaliação de seu trabalho docente.

Ele passou os últimos anos fora do País, trabalhando como consultor de importantes organismos internacionais e atuando em projetos destinados a elevar o nível de produtividade do ensino superior.

VERBA INSUFICIENTE

Estudo mostra que governo gasta pouco com educação

Os baixos investimentos no ensino público do País tornam quase impossível oferecer cursos de qualidade e dar mais eficiência ao sistema. Esta afirmação da economista Edlamar Batista, do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, IPEA, está demonstrada em números num estudo que ela concluiu no mês passado — e que está auxiliando as decisões do ministro da Educação, Paulo Renato Souza.

A economista constata que no Sudeste, a região mais rica do País, a despesa média por aluno, em 1992, foi de US\$ 379,6. No Nordeste, o número cai para US\$ 268,1. Isso significa US\$ 31,6 por mês (por aluno, em 1992) no Sudeste. E US\$ 22,6 mensais no Nordeste.

São estes valores que Edlamar considera muito baixos. Ela faz cálculos para concluir que o custo mensal do aluno nas escolas privadas de bom nível é de US\$ 82,0. Assim, o ensino público (com seus US\$ 31,6), gasta 2,5 vezes menos por aluno do que o privado. E isso no rico Sudeste. Edlamar conclui que "o quadro no Brasil é caótico, pois o que vemos são escolas desparelhadas e professores em sua grande maioria desqualificados".

O investimento da União em

ensino caiu em 1991 e 1992 (com Fernando Collor no poder). O estudo revela que a despesa global com ensino caiu de US\$ 7,3 bilhões em 1990, para US\$ 5,5 bilhões em 1991 e US\$ 4,3 bilhões (e não US\$ 43 milhões, como o JT publicou ontem) em 1992. Em 1993 voltou a subir: US\$ 7,1 bilhões, quase retornando ao nível de 1990.

Mas a falta de recursos não é tudo, escreve Edlamar: "A escassez e a má gestão dos recursos na educação básica e média, e a crescente queda na qualidade do ensino (...) contribuem para a ineficiência da escola pública". Acrescenta também como causa "o corporativismo e o formalismo burocrático" nas questões de formação e remuneração do magistério.

A região Sudeste é a que mais gasta com educação — e também a que tem maior número de alunos e escolas. Em segundo lugar está a região Sul. Estas duas regiões financiam com recursos próprios seus gastos com educação. As verbas federais que recebem representam menos que 10% de sua receita. O Nordeste é a terceira região que mais gasta nessa área. Mas depende das verbas federais: elas representam 47% de suas despesas.

Valdir Sanches